



## Costa dos Corais: turismo, urbanização e desenvolvimento no litoral norte de Alagoas

### Costa dos Corais: tourism, urbanization and development on the north coast of Alagoas

Thiago Queiroz de Figueiredo<sup>(1)</sup>

(1)ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2713-3199> Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba, Mestre em Economia pela Universidade Federal de Campina Grande, Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas. Professor Assistente da Universidade Estadual de Alagoas. E-mail: thiago.queiroz@uneal.edu.br

**RESUMO:** O turismo tem sido um instrumento de urbanização e de transformação socioeconômica. Um vetor de superação do atraso e disparidades regionais, especialmente em territórios subdesenvolvidos. O objetivo principal deste artigo é analisar sinteticamente o Polo Turístico Costa dos Corais, levando em consideração à escassez de trabalhos sobre este tema. O recorte espacial abrange dois destinos indutores, Maceió e Maragogi, além de outros nove municípios localizados tanto no litoral norte, como: Paripueira, Barra de Santo Antônio, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras e Japaratinga, quanto na zona da mata norte do estado, os quais são São Luís do Quitunde, Passo de Camaragibe, Matriz de Camaragibe e Porto Calvo. O estudo se justifica na busca pela percepção dos efeitos que a implantação do Polo trouxe para esses municípios, em sua maioria, marcados por intensas desigualdades sociais e baixo desenvolvimento econômico alicerçado por atividades sazonais e de baixa remuneração, como no caso do setor sucroalcooleiro, cujas usinas localizadas nestes municípios vêm enfrentando grave crise econômica, ocasionando persistente desemprego crônico e vulnerabilidade socioeconômica. A metodologia tem caráter qualitativo, baseado em dados explicativos de órgãos públicos e acervo bibliográfico referente à esta temática analisada neste recorte geográfico especificamente. Conclui-se ao final do estudo, que apesar de se promover transformações socioeconômicas regionais e incentivos à urbanização, os resultados foram pífios no tocante à redução das desigualdades socioeconômicas e promoção do desenvolvimento regional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo, Polo Turístico Costa dos Corais, desenvolvimento, urbanização.

**ABSTRACT:** Tourism has been an instrument of urbanization and socioeconomic transformation. A vector for overcoming backwardness and regional disparities, especially in underdeveloped territories. The main objective of this article is to synthetically analyze the Costa dos Corais Tourist Pole, taking into account the scarcity of works on this topic. The whose spatial cut covers two inducing destinations, Maceió and Maragogi, as well as nine other municipalities located both on the north coast, such as: Paripueira, Barra de Santo Antônio, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras and Japaratinga, and in the northern part of the state, which are São Luís do Quitunde, Passo de Camaragibe, Matriz de Camaragibe and Porto Calvo. The study is justified in the search for the perception of the effects that the implementation of the Polo has brought to these municipalities, in their majority, marked by intense social inequalities and low economic development based on seasonal activities and low remuneration, as in the case of the sugar-alcohol sector, whose plants located in these municipalities have been facing a serious economic crisis, causing persistent chronic unemployment and socioeconomic vulnerability. The methodology has a qualitative character, based on explanatory data from public agencies and bibliographic collection referring to this theme analyzed in this geographical area specifically. It is concluded at the end of the study, that despite promoting regional socioeconomic changes and urbanization incentives, the results were meager in terms of reducing socioeconomic inequalities and promoting regional development.

**KEYWORDS:** Tourism, Costa dos Corais Tourist Hub, development, urbanization.

---

## INTRODUÇÃO

O turismo se tornou cada vez relevante para o desenvolvimento socioeconômico nas sociedades contemporâneas. Além deste aspecto, passa a ser, dentro da conjuntura do setor de serviços, uma das principais atividades econômicas que mais tem crescido frente à essa nova ordem do mercado consumidor mundial. Vale ressaltar ainda, que o aumento do tempo de lazer levou à extensas mudanças nas cidades, povoados e no mundo rural mundo afora, particularmente porque o turismo é uma forma de urbanização (PAIVA, 2014; CRUZ, 2003; MULLINS, 1991).

Nesse ínterim, as sociedades contemporâneas passam a demandar cada vez mais o turismo como bem de consumo (URRY, 1996).

Vale ressaltar, que a indústria do turismo se constituiu a partir do século XX. O aumento do tempo de lazer na sociedade contemporânea associado a um organizado complexo de aspectos relevantes, tais como: a) o aumento da acessibilidade aos meios de transporte, como automóveis, por exemplo; b) a expansão das indústrias de turismo, aumentando a oferta, reduzindo preços, através da concorrência e conseqüentemente elevando a acessibilidade de mais consumidores a adquirir pacotes de viagens; c) o crescimento das companhias aéreas incentivando mais intensamente o turismo internacional e d) a proliferação de empresas de hospedagem, como pousadas, hotéis e *resorts* (URRY, 1996).

Estes últimos são constituídos por grandes empresas do setor de turismo, geralmente oriundos de países desenvolvidos e são normalmente implantados em países subdesenvolvidos com grandes áreas de natureza preservada. Vale ressaltar, a expansão destes complexos, a partir dos anos 1990, em economias subdesenvolvidas e periféricas (PEARCE, 2003).

Concomitantemente a este fato, o Governo brasileiro passa oficialmente a implementar políticas públicas voltadas ao turismo como forma de fomentar o desenvolvimento socioeconômico e redução das desigualdades sociais, especialmente nas regiões mais pobres do país, dentre as quais, o nordeste.

No caso específico de Alagoas, território historicamente marcado por grande concentração fundiária e intensas desigualdades sociais, o turismo pode ser uma válvula de escape para cidades que sofrem não apenas com a monopolização econômica da atividade canavieira, mas também pela própria crise que a mesma vem atavessando

ao longo dos anos resultando o fechamento de várias usinas e elevação do desemprego nos municípios alagoanos; sendo mais grave os casos em que estas unidades produtoras eram a principal geradora de emprego e renda em algumas destas localidades.

Em relação ao *Prodetur/NE I (1994 a 2000)* ocorreram avanços relevantes, principalmente na infraestrutura (ampliação da malha rodoviária e modernização aeroportuária), além da atração de megaempreendimentos turísticos, como hotéis e *resorts* (DUDA; ARAUJO, 2014).

No que tange o *Prodetur II* (iniciando-se em 2002), através da criação de polos indutores de crescimento, que vem a ser o projeto mais impactante, apesar das suas limitações (DUDA; ARAUJO, 2014) para o desenvolvimento de municípios do *litoral e zona da mata norte* de Alagoas, onde se localiza o Polo Turístico Costa dos Corais, constituído pelos municípios de Maceió, Paripueira, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe, São Luís do Quitunde, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Matriz de Camaragibe, Porto Calvo, Japaratinga e Maragogi (DUDA, 2013).

Portanto, com base no exposto, o Polo Turístico Costa dos Corais, alicerçado essencialmente na concepção dos polos de crescimento e destinos indutores do *modelo perrouxiano* (PERROUX, 1967) percebido em países europeus nos anos 1950 e 1960, cujas regiões altamente industrializadas conseguiram propagar efeitos estimulantes ao crescimento industrial à áreas menos dotadas de recursos e potencialidades, mas que, no entanto, foram diretamente induzidas ao progresso por estarem inseridas próximas aos polos de desenvolvimento.

O Brasil, que apresenta 65 destinos indutores, adotou como política pública para promover o desenvolvimento regional, o modelo de polos de crescimento (DUDA, 2013). No caso do recorte especial do Polo Turístico Costa dos Corais, a capital alagoana, Maceió e o destino Maragogi são os dois polos de indução e propagadores de desenvolvimentos aos demais municípios inseridos no PTCC.

Portanto, promover o desenvolvimento nestas cidades alagoanas é uma das metas inerentes às diretrizes do *Prodetur II*, a partir dos anos 2000. Neste contexto, apresenta o PTCC como instrumento relevante na busca de reduzir os desequilíbrios econômicos, sociais e regionais por meio de investimentos no turismo.

Com base no exposto, esse estudo tem como objetivo principal analisar sinteticamente o Polo Turístico Costa dos Corais, cujo recorte espacial

abrange dois destinos indutores, Maceió e Maragogi, além de outros nove municípios localizados tanto no litoral norte quanto na zona da mata norte de Alagoas.

## PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Como metodologia, o estudo se baseou em pesquisa qualitativa. Vale ressaltar, que dentre os objetivos deste trabalho se destacam: a) analisar a relação entre o turismo e o desenvolvimento socioeconômico regional, com ênfase nos destinos turísticos e; b) identificar possíveis avanços e limitações do *Polo Turístico Costa dos Corais*, como promotor do desenvolvimento socioeconômico, tanto nos destinos indutores de crescimento quanto nos municípios alvos dessa indução, os quais são integrantes do *Polo Turístico Costa dos Corais*.

Portanto, para a consecução desses objetivos, alicerçou-se na pesquisa de *dados secundários*, através da revisão bibliográfica, como, por exemplo, a consulta a livros, artigos científicos, periódicos e dados de órgãos oficiais públicos e/ou privados, que abordam temáticas relacionadas ao turismo (conceitos, histórico e características) e suas inter-relações com o desenvolvimento socioeconômico regional.

## BREVE HISTÓRICO

A grande depressão econômica, ocorrida de 1929 a 1936, que permeou o capitalismo nesse período colocou este modo de produção em xeque. A Revolução Russa ocorrida em 1917 e o fortalecimento de um modelo que tinha o Estado como regente das relações sociais de produção e não mais os capitalistas, fez com que o modelo liberal defendido pelos clássicos, os quais eram precursores da teoria econômica alicerçada no Estado Mínimo, caísse por terra e perdesse sua validade como modelo econômico eficaz, pelo menos nos moldes em que era delineado, baseado na omissão total do Estado como agente regulador e promotor do desenvolvimento socioeconômico.

Contudo, o surgimento da teoria keynesiana, no ano de 1936, vislumbrava a recuperação econômica através de políticas públicas conduzidas pelo Estado e relegando ao setor privado a condição de ser apenas um dos agentes produtores e empregadores no sistema capitalista, porém não o único. A política econômica do *New Deal* nos Estados Unidos e a implantação do *Welfare State*, por exemplo, em países capitalistas europeus, foram programas alicerçados em princípios keynesianos, os quais eram permeados de forte intervenção estatal no desenvolvimento socioeconômico das economias capitalistas industriais (KEYNES, 2017).

A premissa básica era a do Estado como propulsor do desenvolvimento socioeconômico, através de políticas públicas que conduzissem à distribuição da riqueza de forma menos desigual e o aumento de renda às massas assalariadas. Isto é, totalmente divergente ao pensamento da escola clássica, baseado no Estado Mínimo e no liberalismo econômico.

Na realidade, *Keynes* reafirma a defesa da consolidação de uma massa de operários que, de fato se transformassem em consumidores, condição imprescindível para o funcionamento de um modo de produção alicerçado num intenso consumo, principalmente pela maior parte da população. Aspectos como redução do exército industrial de reserva demonstrado por *Marx* seria conseguido com a criação de mais empresas estatais (como indústrias de bens intermediários), que absorveriam parte da mão de obra não aproveitada pelas empresas privadas, estimulando a redução do desemprego e proporcionando melhores salários e, com a utilização cada vez maior de novas tecnologias levou a possibilidade da redução do tempo de trabalho. Este conjunto de estratégias é bem distinto das políticas preconizadas na era clássica da economia capitalista industrial, baseada em elevado desemprego, baixos salários e grandes prolongamentos da jornada de trabalho, em que o operário chegava a trabalhar até 15 horas diárias (ARAÚJO, 2008).

Vale frisar que a recuperação da economia dos Estados Unidos e da Inglaterra, por exemplo, foi conseguida por meio da alavancagem do desenvolvimento socioeconômico através dos princípios keynesianos, de forte intervencionismo estatal nas questões econômicas dos anos 1930; todavia, a partir da segunda metade dos anos 1970, pouco depois de iniciada a Terceira Revolução Industrial, baseada na robotização do processo de produção industrial, da qual o Japão se torna, na década de 1980, a segunda economia capitalista do mundo, as economias, estadunidense e

inglesa, implantam em suas economias o modelo neoliberal, alicerçado em princípios clássicos do liberalismo econômico, porém, apresentando um papel mais incisivo do Estado, inclusive na promoção de políticas públicas que buscam o desenvolvimento socioeconômico, em alguns casos, e na regulação do mercado para se evitar abusos por parte de algumas corporações, como, por exemplo, na formação de monopólios e/ou na exploração nas relações de produção entre capitalistas e trabalhadores. Este novo modelo de liberalismo, de menos Estado Mínimo, tem o intuito de se evitar repetir os erros que levaram à crise de 1929.

Nos anos 1990, o neoliberalismo americano e britânico migra para outras economias capitalistas, tanto desenvolvidas quanto subdesenvolvidas. A globalização produtiva é imposta de forma avassaladora pelas economias capitalistas desenvolvidas sobre as subdesenvolvidas. A integração dos mercados proporciona um cenário de aquisições e fusões de empresas dos países desenvolvidos em relação às indústrias das nações emergentes. Esta supremacia é percebida explicitamente, na medida em que o capital dos países hegemônicos (EUA, Alemanha, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão, por exemplo) avança, domina e comanda sobre o capital dos países subdesenvolvidos. Vale ressaltar ainda, o avanço, cada vez mais intenso, do progresso tecnológico, aliado à concorrência oligopolística das empresas das economias desenvolvidas, buscando a ampliação dos lucros, através do aumento dos investimentos em novos mercados, especialmente dos países emergentes (ARRIGHI, 2007).

A escassez dos recursos naturais, causada pelo esgotamento destes e a degradação do meio ambiente, se tornam consequências inevitáveis do modelo capitalista industrial implantado a partir da Primeira Revolução Industrial e agravados na Segunda e Terceira Revoluções Industriais. Verifica-se a necessidade de preservar esses recursos (fatores de produção para as indústrias de transformação); o início da Quarta Revolução Industrial, denominada *informação*, baseada na produção de bens intangíveis; a diminuição do ritmo da produção dos tangíveis, a tônica das revoluções industriais anteriores; e a mudança de prioridades do consumo de massa dos países desenvolvidos, antes alicerçados no consumo de bens de consumo não duráveis e duráveis (alimentos, roupas e automóveis, por exemplo), para o aumento na demanda por serviços (educação, saúde, segurança e viagens, por exemplo).

Esse último aspecto, da alteração nas prioridades dos consumidores de economias desenvolvidas foi, historicamente, estimulado a partir do aumento de renda e redução da jornada de trabalho, premissas defendidas pelos princípios keynesianos adotados por economias desenvolvidas durante o processo de recuperação econômica pós-crise de 1929.

Por outro lado, os países subdesenvolvidos, dentre os quais, alguns se destacam por serem emergentes, justamente por se tornarem industrializados, buscam superar o subdesenvolvimento de suas economias e alcançar o tão desejado desenvolvimento socioeconômico. No entanto, a oligopolização mercadológica internacional constituída intrinsecamente por empresas das nações desenvolvidas dificultou a inserção das indústrias dos emergentes na concorrência mercadológica mundial. Esse aspecto fez com que os países do terceiro mundo (México, África do Sul, Índia e Brasil, por exemplo) se transformassem em meros compradores dos bens duráveis e tecnológicos produzidos pelo chamado primeiro mundo, não abandonando sua condição de essência agroexportadora (MELLO, 2009).

Contudo, no caso dos subdesenvolvidos se tornarem industrializados, a produção seria *complementar* e *subsidiária* dos desenvolvidos. *Complementar*, pois passariam a produzir os bens intermediários à produção dos bens duráveis e tecnológicos, estes por agregarem os maiores valores econômicos só deveriam ser produzidos pelo oligopólio internacional, como forma da manutenção da riqueza em poder de poucas economias, destacadas anteriormente.

*Subsidiária*, pois a estagnação dos lucros das matrizes aos altos custos de produção nos países desenvolvidos, devido aos elevados salários e às leis ambientais, as quais passaram a exigir a implantação de tecnologias mais limpas nas indústrias, tornaram a expansão de indústrias filiais em mercados subdesenvolvidos condição imprescindível para ampliação dos lucros das matrizes, pelos baixos salários e leis menos rigorosas vigentes nestes países (FURTADO, 2011).

Vale frisar ainda, que o Estado tem um papel relevante nesse processo de tentar se alcançar o desenvolvimento nas economias subdesenvolvidas, pois muitas vezes o setor privado se mostra incapaz de sozinho, impulsionar essa transformação. As políticas públicas, nesse contexto, tornam-se condição *sine qua non* para superação do atraso e dos desequilíbrios econômicos, sociais, setoriais e regionais. Este é o caso do turismo no Nordeste brasileiro (DUDA, 2013).

O Estado brasileiro vem tentando há aproximadamente cinco décadas reduzir estes desequilíbrios destacados anteriormente, adotando, na região Nordeste, políticas públicas para o turismo, em que os governos estaduais e municipais sejam os vetores dessa implantação (ARAÚJO; BRAMWELL, 2002).

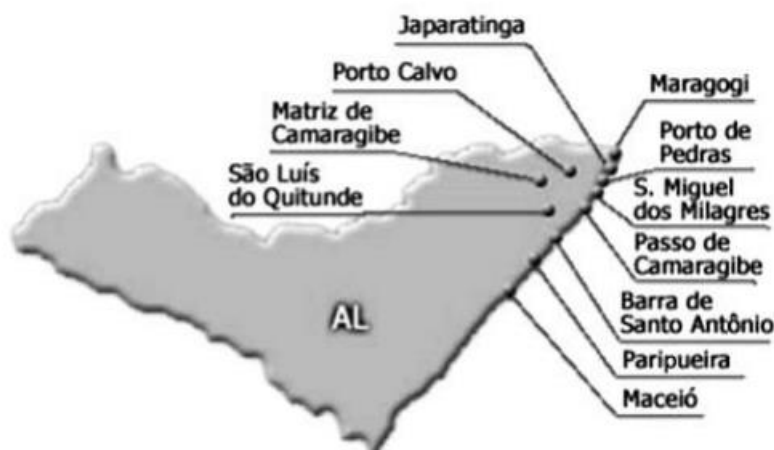
Nesse contexto, está inserido o estado de Alagoas. Dentro da região mais pobre e subdesenvolvida do país, encontra-se o estado alagoano, o qual, junto com o Maranhão e o Piauí, apresentam os piores índices de desenvolvimento humano do país. Nessa conjuntura, Alagoas possui uma economia pouco diversificada, sendo que a maior parte das indústrias é alimentícia, isto é, primária, principalmente, de capital extensivo, *mão de obra*, e pouco capital intensivo, *tecnologia* (CABRAL, 2005). Em Alagoas, aproximadamente 90% das exportações são do setor sucroalcooleiro, o qual desde 2013 está mergulhado numa profunda crise, verificando-se o fechamento de algumas empresas e o funcionamento precário de outras, como percebido nos estudos de Carvalho (2009), quando analisou o processo de reestruturação produtiva do setor desde 1990 (CARVALHO, 2009).

Aliás, algumas destas usinas de cana-de-açúcar são responsáveis pela maior parte dos empregos gerados e há outras que, juntas às prefeituras (funcionalismo público), programas sociais e previdência social do Governo Federal, são as únicas fontes geradoras de emprego e renda de muitos municípios. Portanto, constata-se a existência de um cenário em que há predominantemente um oligopólio canavieiro, responsável pela maior parte da geração de emprego e renda em municípios; ademais, percebe-se uma grave crise no setor, ocasionando um intenso entrave para a economia dessas cidades, as quais, em curto prazo, não apresentam outras atividades capazes de fomentar a sua recuperação econômica (CARVALHO, 2009).

Portanto, é nesse cenário preocupante, delicado e até mesmo desolador de vários municípios alagoanos, em especial os que estão inseridos no recorte especial do Polo Turístico Costa dos Corais (em especial, os três não litorâneos), conforme a Figura-1, que podem vislumbrar no turismo, viabilidades e potencialidades para superação do atraso histórico em que suas economias estão mergulhadas.



Figura1 – Mapa do Polo Turístico Costa dos Corais



Fonte: BNB (2015).

## CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO (BREVE ABORDAGEM)

De acordo com o economista *José Eli da Veiga*, o conceito de desenvolvimento vai além de mera mensuração do Produto Interno Bruto (PIB) dos países e/ou regiões a serem analisados. Mas, principalmente, passa pela distribuição da renda resultante desse produto. Este pensador coaduna com as concepções de *Amartya Sen* (prêmio Nobel de Economia em 1998) e *Mahbud Ul Haq* sobre a construção do conceito de desenvolvimento:

Na concepção de Sen e Mahbud só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. E são quatro as mais elementares: *ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade*. Na ausência destas quatro, estarão indisponíveis todas as outras possíveis escolhas e muitas oportunidades na vida permanecerão inacessíveis (VEIGA, 2006, p.85).

Estes pré-requisitos estão implicitamente inseridos nos princípios keynesianos de bem-estar social e no papel imprescindível que o Estado tem nesse processo. O mesmo tem que agir como propulsor da distribuição de renda, pois

como afirma o Relatório de desenvolvimento humano de 2004: “[...] as pessoas são as verdadeiras riquezas das nações” (VEIGA, 2006, P.85). Esta afirmação, inclusive, rebate o pensamento econômico clássico de Smith (2006) e de Ricardo (2018), precursores dos defensores do liberalismo econômico e da defesa da maximização dos lucros como condição essencial para o crescimento da economia.

O Estado deve ser o propulsor do desenvolvimento, principalmente em economias periféricas e subdesenvolvidas, cujos desequilíbrios sociais, econômicos, setoriais e regionais são mais pronunciados. É importante que se garanta a acessibilidade das pessoas às oportunidades de emprego formal, à alimentação, à água potável, à saúde, à moradia, ao saneamento básico, à educação e à ciao saneamento básico, à educação e à cidadania, ou seja, a capacidade de participar das decisões que afetam direta ou indiretamente suas vidas.

## POLO TURÍSTICO COSTA DOS CORAIS (BREVE ABORDAGEM)

Portanto, foi nesse contexto que o Estado Brasileiro, a partir do início dos anos 1990 passou a adotar políticas de desenvolvimento regional baseadas no turismo.

Inicialmente, foi implementado o Prodetur I, o qual consistia na atração de grandes empreendimentos, como por exemplo, resorts. A justificativa do projeto era de que este aspecto geraria grande quantidade de empregos, tanto diretos quanto indiretos, fomentando o comércio e as economias locais.

No entanto, a proliferação dos *resorts* para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como no caso do Brasil, de forma mais intensa, a partir da década de 1990, a qual foi a tônica desse processo, trouxe efeitos não desejados como metas do referido projeto. Pois, trata-se de poderosos complexos, geralmente multinacionais, constituído por grupos de empresas turísticas de países desenvolvidos, os quais dominam a concorrência mercadológica internacional e os fatores de produção (recursos naturais, recursos humanos, recursos tecnológicos e recursos financeiros).

Vale frisar, entretanto, que na literatura dos estudos sobre o turismo, os *resorts* são considerados como enclaves ao desenvolvimento regional, por asfixiarem o crescimento econômico das comunidades, nas quais estes complexos

estão inseridos e apresentam um modelo excludente e em desconexão com os problemas socioeconômicos locais.

Em suma, o Prodetur I, apesar de ter promovido avanços na infraestrutura (rodoviária, aeroportuária, ampliação de redes de eletrificação, dentre outros) em especial nas áreas abrangidas por este projeto; a Via Costeira em Natal, capital potiguar, é um exemplo clássico de sua concretização; por outro lado, o tão desejado desenvolvimento não ocorreu, primeiro, pelas características dos complexos turísticos instalados terem pouca conexão com a comunidade local (geralmente, estas redes já vêm com um leque de serviços, como restaurantes, lanchonetes, artesanato e várias outras atrações), que de certa forma torna desnecessária a conexão dos turistas-hóspedes com o comércio local. Segundo, boa parte dos empregados vem de fora da localidade, pelos menos os cargos de maior relevância, por uma questão de qualificação pronta (de habilidade com línguas estrangeiras e de informática), pois na percepção da rede, o custo da qualificação e o prazo maior para esta formação dificultaria seus objetivos de lucratividade em curto prazo. Nesse caso, os empregos de menor qualificação e baixa remuneração são os ofertados à comunidades local, com raras exceções.

Na realidade, percebe-se que o Prodetur I não cumpriu o seu papel como fomentador do desenvolvimento socioeconômico e os gastos vultosos com infraestrutura, realizados com recursos financeiros públicos oriundos do Governo Federal e gerenciados pelos Governos estaduais, apenas beneficiaram a instalação de grandes empreendimentos (muitos pertencentes a grupos multinacionais, cujas matrizes se localizam em países desenvolvidos). Em outras palavras, intensificou-se nesses lugares (destinos turísticos), a elitização do turismo e dos efeitos de suas benesses econômicas para poucos grupos de empresários.

Todavia, o Governo brasileiro, a partir do início da década de 2000, através do Ministério do Turismo cria o Prodetur II, baseado no modelo de crescimento industrial elaborado por *François Perroux* entre os anos 1950 e 1960 e que trouxe grande desenvolvimento socioeconômico em cidades europeias (PERROUX, 1967, DUDA, 2013, DUDA; ARAUJO, 2014).

Na França várias cidades próximas a Paris se beneficiaram com o surto desenvolvimentista da capital francesa, enquanto que, na Alemanha, o Vale do Ruhr sofreu processo similar em áreas metropolitanas, como Dortmund e Duisburgo, por exemplo. Portanto, a primeira hipótese desse projeto brasileiro era

o de considerar que o modelo perrouxiano poderia se adaptar plenamente ao turismo; sendo a segunda suposição considerar o turismo uma atividade industrial – essa última, histórica e empiricamente comprovados através da consolidação da indústria do turismo no mundo, a partir dos anos 1980.

Dentro dessa conjuntura, o Estado brasileiro de forma oficial resolveu adotar o modelo turístico dos Polos de crescimento, através dos Destinos indutores, a partir de 2002, como forma de estimular o turismo nacional e promover o desenvolvimento em cidades pertencentes às regiões subdesenvolvidas e periféricas dentro do contexto macroeconômico do país – portanto, inicia-se a implementação do Prodetur II.

No Brasil há 65 destinos indutores, destes, 23 estão na região Nordeste e, mais especificamente, dois municípios, ou seja, os destinos Maceió e Maragogi têm estas características dentro do Polo Turístico Costa dos Corais (PTCC) no litoral e Zona da Mata alagoanas. Maceió e Maragogi, situados na faixa litorânea norte do estado de Alagoas têm posições estratégicas, que em tese permitiriam irradiar o desenvolvimento para os outros municípios integrantes do Polo Turístico Costa dos Corais. Essas duas cidades, por apresentarem melhores infraestruturas e potencialidades turísticas, tornaram-se naturalmente esses Destinos Indutores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, vale ressaltar, que a política dos polos indutores de crescimento implementado pelo Estado brasileiro, através do Ministério do Turismo, abrange os nove estados nordestinos, além de parte de Minas Gerais e do Espírito Santo, os quais são as áreas de cobertura financeira, quanto às políticas de fomento do Governo Federal realizadas pelo *Banco do Nordeste*, instituição responsável pelo financiamento dos projetos voltados ao turismo neste recorte espacial anteriormente mencionado.

Na realidade, a União vem se preocupando, nos últimos trinta anos, em criar estratégias que favoreçam e estimulem o desenvolvimento socioeconômico onde predominam várias cidades com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo ou baixíssimo, como: alta taxa de analfabetismo, falta de infraestrutura, ausência de

água tratada e saneamento básico, desemprego crônico. Além da falta de oportunidade para a maior parte da população, a qual passa a depender especificamente dos recursos financeiros de programas sociais, como, por exemplo, do bolsa-família, das aposentadorias dos patriarcas e/ou matriarcas da famílias, ou até mesmo, a depender do seguro-desemprego todos os anos, em especial naqueles municípios, em que a principal e às vezes a única atividade produtiva seja sazonal, como é o caso da atividade canavieira, a qual gera grande desemprego nos períodos de entressafra.

Como o desenvolvimento a nível nacional, não será alcançado se continuarem as disparidades regionais alarmantes existentes no Brasil, com o centro-sul (sudeste, sul e centro-oeste) rico e desenvolvido, enquanto, por outro lado, o norte e o nordeste, pobres e subdesenvolvidos; a estratégia deve ser aquela que busque promover o desenvolvimento nas regiões mais pobres, como forma destas superarem o atraso e subdesenvolvimento, reduzindo essas disparidades regionais e tornando o país como um todo, uma nação desenvolvida.

Portanto, nesse contexto nascem os Polos de Crescimento, apoiados em destinos indutores, que passam a ter a função de propagar o desenvolvimento para os municípios circunvizinhos, isto é, utilizar a estratégia desenvolvimentista exitosa na Europa, através do modelo perroxiano, já comentado mais atrás neste trabalho.

Porém, há aspectos que demonstram o fracasso na tentativa de se promover o desenvolvimento homogêneo, equitativo e igual entre todos os estados. Conforme o Quadro-1 isto fica evidente, pois enquanto alguns estados concentram grande parte, em outros se percebem poucos ou nenhum projeto e/ou, conseqüentemente, investimentos advindos destes.

*Quadro-1: total de projetos em andamento concluídos por estado no Prodetur II.*

Estado	Total de projetos em andamento e concluídos (2002-2012)
Bahia	50
Pernambuco	38
Ceará	35
Rio Grande do Norte	27
Piauí	25
Minas Gerais	13
Espírito Santo	8
<b>Alagoas</b>	<b>2</b>
Maranhão	0
Paraíba	0
Sergipe	0

Fonte: Banco do Nordeste, 2015.

Pelo exposto, percebe-se que o estado da Bahia concentrou o maior número de projetos (50), seguido por Pernambuco (38) e Ceará (35). O Rio Grande do Norte, com 27 e o Piauí (25) fecham o hall dos estados nordestinos que absorveram a maior parte dos investimentos e recursos financeiros, pois apresentaram proporcionalmente um número significativo de projetos.

Contudo, Minas Gerais (13) e Espírito Santo (8), mesmo não pertencendo à região nordeste e tendo sido contemplado apenas parte dos seus estados no *Prodetur II*, ainda sim apresentou números bem maiores do que apresentaram números bem maiores do que Alagoas (2) e Maranhão, Paraíba e Sergipe, os quais não apresentaram nenhum.

Nesse ínterim, no caso alagoano, há projetos em andamento, isto é, o Arranjo Produtivo Local (APL) Lagoas e Mares do Sul e o Polo Turístico Costa dos Corais (PTCC). Entretanto, como o objeto desse estudo é o segundo projeto, ater-se-á a este último.

O resultado do Prodetur I (1990 – 2000) apenas beneficiou a instalação de grandes empreendimentos (baseado em megaprojetos) e a maior parte dessas empresas oriundas do exterior sem demonstrar qualquer interesse em promover desenvolvimento para as comunidades locais, as quais estão inseridas. Pelo contrário, muitos desses complexos turísticos interferiram diretamente no ecossistema, como por exemplo, construindo sobre mangues, explorando passeios em áreas de frágeis corais de arrecifes ou até mesmo expandindo e cercando

resorts em beira-mar, o que em época de marés altas impedem acesso de pescadores e outros moradores à outra parte da praia, causando grande transtorno e modificando negativamente a vida das pessoas nativas. Resumindo, o Prodetur I em Alagoas não teve efeito prático como fomentador do desenvolvimento socioeconômico local. Muito pelo contrário.

Por outro lado, o Prodetur II (a partir de 2002) nasceu com o caráter de atacar os problemas socioeconômicos destacados anteriormente, através do turismo. Alicerçado na concepção dos Polos de Crescimento de François Perroux (1967), o Polo Turístico Costa dos Corais teve como destinos indutores, Maceió e Maragogi, sendo que a capital alagoana se situando no extremo sul e o último destino citado, no extremo norte do recorte espacial do PTCC. Nesse caso, esses destinos serviriam como forças centrífugas propangando o desenvolvimento para os outros nove municípios. Isso se explica pelo fato de se perceber naqueles, melhores infraestruturas, potencialidades e visibilidades turísticas tanto regional, quanto nacional e até internacionalmente.

Todavia, treze anos após a implantação prática do PTCC, percebeu-se que a estratégia de impulsionar a superação do atraso e promover o desenvolvimento socioeconômico, especialmente nos municípios mais pobres e desprovidos das capacidades estruturantes percebidas nos destinos indutores, não atingiu esses objetivos citados anteriormente, apesar de ter havido algumas melhorias na infraestrutura desse recorte espacial, como asfaltamento e sinalização em boa parte da rodovia estadual, calçamento em outros trechos, além de se verificar aumento de atividades desenvolvidas por moradores locais, como barqueiros de passeio e guias turísticos, incentivados com o aumento da quantidade de turistas, especialmente nas cidades situadas no litoral norte.

No entanto, como resultado prático, as benesses do desenvolvimento do Polo ficaram concentradas nas duas cidades destino-indutores, não se percebendo a propagação ou irradiação para outros municípios, conforme a Tabela-1 a seguir:

Tabela-1: Quantidade de leitos e empregos diretos gerados pelo turismo desitnos indutores cidades do litoral norte cidades da zona da mata norte.

Município	Total de leitos em Meios de hospedagem (2002)	Total de leitos em Meios de hospedagem (2015)	Geração de empregos diretos pelo turismo (2002)	Geração de empregos diretos pelo turismo (2015)
<b>Maceió</b>	<b>8.780</b>	<b>10.130</b>	<b>3.980</b>	<b>6.204</b>
<b>Maragogi</b>	<b>1.807</b>	<b>2.517</b>	<b>718</b>	<b>1.009</b>
Japaratinga	359	732	125	268
São Miguel dos Milagres	160	319	35	153
Paripueira	81	132	26	53
Barra de Santo Antônio	155	152	68	67
Porto de Pedras	49	110	25	51
Passo de Camaragibe	96	98	36	42
São Luís do Quitunde	66	32	38	17
Matriz de Camaragibe	51	0	75	0
Porto Calvo	0	0	0	0

Fonte: Alagoas, 2015.

Pelo exposto, percebe-se nesse recorte temporal de treze anos, que tanto os números de leitos e de meios de hospedagem, quanto aos dados da geração de empregos diretos engendrados pelo turismo ficaram concentrados nos dois destinos indutores do Polo, ou seja, Maceió e Maragogi. As cidades do litoral norte, como Japaratinga, São Miguel dos Milagres, Paripueira, Barra de Santo Antônio, Porto de Pedras e Passo de Camaragibe ainda apresentaram uma certa evolução nos números, muito provavelmente induzidos pela predominância do turismo de ‘sol e mar’ facilitado pelas praias paradisíacas do litoral norte.



No entanto, os municípios situados na zona da mata norte apresentaram números pouco animadores. As três cidades, São Luís do Quitunde, Matriz de Camaragibe e Porto Calvo, demonstraram involução nos dados, como a queda acentuada nas hospedagens e empregos diretos no caso da primeira, fechamento de todos os empreendimentos turísticos, como pode ser observado nesse período, em relação à segunda e total ausência de investimentos e conseqüentemente de empregos no caso do último município supracitado. Portanto, pela análise desses dados se percebe que: i) a propagação dos efeitos do desenvolvimento socioeconômico dos destinos indutores não ocorreu em boa parte dos municípios do PTCC; ii) os investimentos e as benesses destes ficaram concentrados na capital, Maceió e no destino Maragogi; iii) o turismo apenas se desenvolveu nas cidades inseridas na faixa litorânea; iv) os municípios mais afastados das praias e historicamente dominados pela monocultura canavieira, a qual vem enfrentando uma crise crônica (com fechamento de várias unidades produtoras e intenso aumento do desemprego), nos últimos anos, além de serem cidades em que se verificam economias frágeis e dependentes de usinas sucroalcooleiras e empregos sazonais, a situação ficou ainda pior com a crise do setor supracitado e; v) os destinos indutores, no caso do Polo Turístico Costa dos Corais, demonstraram-se ineficazes no papel de propagadores do desenvolvimento para outros municípios inseridos neste recorte espacial do PTCC – a indução foi ínfima para apenas algumas cidades e de maneira tímida e os municípios mais vulneráveis socioeconomicamente da zona da mata norte do estado não absorveram o mínimo sequer de qualquer benefício que os destinos indutores poderiam trazê-los para proporcionar a superação do atraso e subdesenvolvimento histórico dessas comunidades.

## CONCLUSÃO

Apesar de o turismo ter se consolidado mundialmente como uma das atividades econômicas que mais geram emprego e renda, no entanto, o que se percebe é que esse setor da economia tem gerado grandes lucratividades às empresas multinacionais situadas nos países desenvolvidos e a maior parte dos empregos de maior remuneração também se concentram nessas nações, as quais apresentam muito mais trabalhadores instruídos e qualificados para ocuparem os principais cargos dessa

indústria, caracterizada por grandes complexos e cadeia produtiva de enorme relevância internacional.

Contudo, alguns países subdesenvolvidos; geralmente receptores do turismo mundial, enquanto, os desenvolvidos, em geral, são emissores; têm tentado utilizar este setor como propulsor do desenvolvimento socioeconômico, redutor das desigualdades regionais, econômicas e sociais, especialmente nas áreas geográficas mais pobres e que apresentam grande vulnerabilidade.

No caso da região nordeste, o Governo Federal, vem tentando desde o início dos anos 1990 proporcionar desenvolvimento socioeconômico em alguns recortes geográficos nordestinos, como foi no caso do Prodetur I, alicerçado em megaprojetos, mas cujo resultado não modificou a estrutura desigual das áreas beneficiadas com este programa. Resumindo, atraiu alguns grandes empreendimentos turísticos, como rede de resorts, por exemplo, mas em desconexão com os objetivos de promoção do desenvolvimento nas comunidades, nas quais estes complexos se instalaram.

Por outro lado, em relação ao Prodetur II e a implantação do Polo Turístico Costa dos Corais, baseado no modelo dos destinos indutores de crescimento, apesar dos resultados terem sido bem mais promissores, em termos de investimentos, melhoria na infraestrutura viária e abrangendo maior número de municípios; a falta de governança, a não participação, muitas vezes da própria comunidade nas tomadas de decisões, ausência de projetos e a desconexão do governo estadual e as prefeituras (muitas sem qualquer projeto voltado ao turismo), a monopolização na absorção dos financiamentos e investimentos por parte de grandes grupos de empresários estrangeiros e a falta de harmonização de interesses dos resorts com as comunidades locais, não trouxeram mudanças significativas nas condições de atraso e subdesenvolvimento nas cidades receptoras da indução. Aliás, o PTCC na prática concentrou as benesses do crescimento do setor turístico exatamente nos dois polos indutores, Maceió e Maragogi.

Vale frisar ainda, que além desse efeito *desigual*, em relação à concentração do desenvolvimento, outro aspecto é que ele é *excludente*, pois os três municípios da zona da mata norte praticamente ficaram alijados desse processo, mesmo estes estando inseridos no recorte espacial do PTCC.

Por fim, pode-se ainda concluir, que o modelo de polos de crescimento, inspirado na concepção *perroxiiana* para economias industriais em países desenvolvidos da Europa, demonstra-se que não seja o ideal para regiões subdesenvolvidas, como no caso do Polo Turístico Costa dos Corais. Talvez, um projeto alicerçado na participação mais efetiva na elaboração das diretrizes por parte

das comunidades locais, em que se estimule, incentive e financie os pequenos empreendedores desses lugares, criando-se empregos diretos e indiretos através desses empresários e comerciantes, cidadãos dos próprios municípios do PTCC e, inclusive com a redução gradual da monopolização dos investimentos e financiamentos para complexos turísticos estrangeiros, multinacionais ou pertencentes ao grande capital. Mas isto são hipóteses que podem ser estudadas em outro trabalho, tendo este estudo como ponto de partida das futuras análises.

## REFERÊNCIAS

1. ALAGOAS. **Plano de Desenvolvimento Integrado para o Turismo Sustentável – PDITS Costa dos Corais**. Indústrias Criativas, 2015.
2. ARAÚJO, Carlos Vieira Araújo. **História do Pensamento Econômico: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. ARAUJO, Lindemberg Medeiros de; BRAMWELL, Bill. **Partnership and regional tourism in Brazil**. *Annals of Tourism Research*, vol. 29, no 4, 1138–1164, 2002.
4. ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
5. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). **Prodetur/NE II: Polos de turismo, 2015**. Consulta ao site: <http://www.bnb.br> Acessado em 07/janeiro/2019.
6. CARVALHO, Cícero Péricles de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3 ed. Maceió: Edufal, 2009.
7. CABRAL, Luiz Antonio Palmeira. **Os Planos de Desenvolvimento de Alagoas (1960/2002)**. Maceió: EdUFAL, 2005.
8. DUDA, João Itácito de Moraes; Araújo; ARAÚJO, Lindemberg Medeiros de. **Polos de turismo no nordeste do Brasil: crescimento, desenvolvimento e escassez de conhecimento** in *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.204 – 218, dezembro de 2014.
9. DUDA, João Itácito de Moraes. **Polos de DUDA, João Itácito de Moraes. Polo de turismo em regiões subdesenvolvidas: estudo de caso do Polo Costa dos Corais, Alagoas**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado, UFAL/FAU. Maceió, 2013.
10. FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
11. KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

12. MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: UNESP, 2009.
13. MULLINS, P. **Tourism urbanization**. MARX,8. MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.
14. PAIVA, Ricardo Alexandre. **O turismo e os ícones urbanos e arquitetônicos**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 16, no 1, 107-123, 2014.smo: fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2003.
15. PEARCE, Douglas G. **Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.
16. PERROUX, François. **Economia do século XX**. Lisboa: Editora Herber, 1967.
17. RICARDO, David. **Princípio de Economia Política e Tributação**. 1ª edição. São Paulo: Lebooks, 2018.
18. SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: das causas do aprimoramento das forças produtivas do trabalho e a ordem segundo a qual sua produção é naturalmente distribuída entre as diversas categorias do povo**. 1ª edição. Curitiba: Juruá, 2006.
19. URRY, John. **O olhar do turista, lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Livros Studio Nobel Ltda, 1996.
20. VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Sustentável: o desafio para o século XXI**. São Paulo: Garamond universitária, 2006.